



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

*Gabinete da Procuradora-Geral da República*

## **Nota para a Comunicação Social**

### **Plataforma informática CITIUS – Arquivamento do inquérito**

O Ministério Público proferiu hoje despacho final de arquivamento no inquérito relacionado com a plataforma informática CITIUS, por considerar não existirem indícios (art.º 277º n.º 1 do Código de Processo Penal) do crime de sabotagem informática e por não terem sido apurados indícios suficientes (art.º 277º n.º 2 do Código de Processo Penal) quanto ao crime de coação.

O inquérito iniciou-se em 27 de Outubro de 2014 e nele foram coligidos documentos e inquiridas testemunhas, tendo sido constituídos e interrogados dois arguidos.

As diligências realizadas permitiram esclarecer as dúvidas que o documento remetido pelo Ministério da Justiça suscitou, afastando a suspeita de que tivesse ocorrido sabotagem informática na adaptação da plataforma CITIUS à Lei de Organização do Sistema Judiciário. Dos elementos recolhidos não resultou prova suficiente relativamente à verificação do crime de coação.

Lisboa, 10 de novembro de 2014

O Gabinete de Imprensa